

Imperialismo, Estado e Relações Internacionais

LUIZ FELIPE OSÓRIO

São Paulo: Ideias e Letras, 2018. 288p.

Caio Bugiato*

O campo das Relações Internacionais (RI) há um século insiste em ignorar o marxismo, suas teorizações e análises concretas sobre os fenômenos internacionais. Teorias e análises do campo de RI, pautados pelo seu *mainstream* (as teorias do realismo, liberalismo e construtivismo), contentam-se em ratificar estratégias de dominação de Estados, governos e classes ao universalizar conceitos abstratos que explicariam as relações internacionais sem qualquer vínculo com o capitalismo. Além de encaixar o que está fora do *mainstream* no balaio das “teorias críticas”.

De encontro a essa ignorância, *Imperialismo, Estado e Relações Internacionais* apresenta a tradição marxista como ciência internacionalista por essência, capaz de captar a plenitude do capitalismo, sem a qual entender as relações internacionais é tarefa inócua. O livro passa em revista as teorias sobre o imperialismo, fenômeno incontornável para a compreensão das RIs, e suas origens. O autor assim periodiza o desenvolvimento do capitalismo: liberal, 1870-1945; fordista, 1945-1970; e pós-fordista, de 1970 até a atualidade. O contexto histórico e, principalmente, o teórico destes períodos formam o conteúdo dos três capítulos do livro.

No primeiro capítulo, o contexto histórico é de mudança e expansão do modo de produção capitalista pelo mundo, tensões e guerras mundiais. Os autores abor-

* Professor de Relações Internacionais da UFRRJ. E-mail: bugiato@live.com

dados são Rudolf Hilferding, Nicolai Bukharin, Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky e Vladimir Lenin. A preocupação dos autores com a expansão capitalista, segundo Osório, é o que os leva a tratar do fenômeno do imperialismo. Esses autores clássicos do marxismo são considerados “economicistas” por Osório, isto porque eles atribuem à base material econômica a força determinante das relações sociais. As divergências entre os autores são apontadas no que diz respeito às caracterizações teóricas sobre o imperialismo e às estratégias políticas a serem adotadas: Hilferding, Kautsky e Bukharin caracterizam o imperialismo como uma política do Estado dirigida pelo capital financeiro com o intuito de atender interesses da burguesia; já Lenin e Rosa o caracterizam como uma fase do desenvolvimento capitalista não restrito às potências imperialistas, mas como um movimento global do capitalismo em razão das suas próprias leis de funcionamento. Em relação à estratégia política, Hilferding e Kautsky integram a corrente do reformismo, pois, para eles, a política do imperialismo e o desenvolvimento do capitalismo podem ser alterados e adequados para a transição socialista, enquanto para Rosa, Lenin e Bukharin o capitalismo é um sistema social de dominação e exploração não desejável para os trabalhadores; e o imperialismo culminaria na catástrofe da guerra, o momento oportuno para a revolução socialista.

No segundo capítulo, intitulado “debate fordista”, o contexto histórico é justamente o rearranjo do modo de organização das relações capitalistas embasado em dois alicerces: regime de acumulação nacional/interno e modo de regulação estatal intervencionista, ou seja, o fordismo. Os autores analisados são: Paul Baran, Paul Sweezy, Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini, Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e Samir Amin. Nesse período, o capitalismo se estabelece mundialmente e permite que as relações entre centro e periferia sejam objeto dos estudos inovadores desses autores, oriundos da própria periferia ou estudiosos dela. Suas teorias são apresentadas como complementos das teorias pioneiras que não rompem com o economicismo, mas apresentam inovação: a unidade de análise deixa de ser a formação social nacional e a correlação de classes e passa a ser o sistema mundial, como um conjunto em que a periferia é explorada pelo centro. De acordo com as formas dessa exploração – controle monopolístico do comércio, extração de mais-valor da periferia para o centro e trocas desiguais –, os autores são agrupados em vertentes: Baran e Sweezy, na vertente que tem como centro da análise a ideia de capital monopolista; Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini, na teoria marxista da dependência; Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, na teoria do sistema-mundo; e Samir Amin, na concepção de trocas desiguais. Contudo, como ressalta Osório, neste segundo período, o conceito de imperialismo ficou eclipsado e o fenômeno foi abordado apenas de maneira reflexa ou indireta.

No terceiro capítulo, “debate pós-fordista”, o contexto é aquele do capitalismo globalizado, que deixou de ser um regime de acumulação interno/nacional com um modo de regulação estatal-intervencionista para se tornar um modo de produção

global, conduzido pelo neoliberalismo. O período pós-fordista, de acordo com Osório, enseja teorizações mais substanciais sobre o papel do Estado e da política e introduz nas teorias do imperialismo o que ele chama de politicismo. Nessa perspectiva, o autor identifica três eixos teóricos: o politicismo, o politicismo parcial e a plena crítica. O politicismo significa a hipostasiação do poder, a autonomia da política em relação à economia nas teorias do imperialismo – ênfase na disputa de classes e frações de classe pelo poder do Estado e suas consequências nas RIs. O politicismo é rompimento e inversão da lógica dos debates anteriores. Como expoentes deste primeiro eixo são apresentados os trabalhos de Michael Hardt, Antonio Negri, Leo Panitch, Sam Gindin e Ellen Wood. O segundo eixo teórico, o politicismo parcial, é apresentado como classificação intermediária entre o economicismo e o politicismo, pois concebe a autonomia relativa do Estado e da política sem relegar a base econômica, vincula o imperialismo às relações de poder e considera o processo de acumulação capitalista. Contudo, a relação entre política e economia é, para Osório, imprecisa neste eixo, uma vez que as teorias não estariam alicerçadas nas categorias histórico-materialistas de *O capital* de Marx, mas em outras categorias marxianas e/ou marxistas. Os expoentes deste segundo eixo são Nicos Poulantzas, David Harvey e Alex Callinicos. O terceiro eixo teórico, a plena crítica, é a parte mais desenvolvida do livro e, segundo Osório, a compreensão mais sofisticada no interior do marxismo. Consiste na concepção da política, do Estado e do imperialismo por meio da derivação da crítica da economia política de Marx. A plena crítica é identificada com o debate alemão da derivação do Estado. Os autores apresentados neste eixo são Claudia von Braunmühl, Joachim Hirsch, Alysson Mascaro e China Miéville. Por fim, algumas observações são necessárias. Como acontece em toda sistematização, Osório levanta polêmica ao cunhar certas classificações – ao separar o politicismo parcial da plena crítica, por exemplo –, ao eleger expoentes teóricos de contextos históricos em detrimento de outros – não há um rico debate sobre o imperialismo entre Poulantzas, Magdoff e Mandel no período chamado de fordismo? – e ao perfilar autores em determinadas perspectivas – seria Lenin economicista? Ademais, a despeito do título, o livro não trata da importante e notável tradição marxista sobre a teorização do Estado, tão importante para o campo das RIs em que o Estado é categoria de primeira grandeza. Essa tradição aparece apenas nos eixos teóricos do terceiro capítulo, sobretudo na plena crítica, posição teórica e política de Osório. Lenin, Gramsci e o contemporâneo Bob Jessop, por exemplo, estão ausentes das abordagens sobre o Estado.

As possíveis críticas não devem obliterar, contudo, o fato de que, finalmente temos no Brasil e em português, uma obra que mostra, com conhecimento profundo, significativas e notórias contribuições do marxismo para as Relações Internacionais. Seu efeito colateral e muito bem-vindo é ofuscar os textos caricatos escritos sobre marxismo e RI no país.